

A ISBD e sua utilização nas bibliotecas

Nilcéa Amábília Rossi Gonçalves

Departamento de Biblioteconomia
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados
Universidade de Brasília
e
Divisão de Biblioteca
Centro de Documentação e Informação
Câmara dos Deputados
Brasília, DF

Resumo — O emprego imoderado de alguns sinais inoperantes e a repetição do dado de autoria individual, por serem supérfluos, não correspondem ao que se esperava da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD). A simplificação da descrição bibliográfica, essencialmente nos registros catalográficos, parece ser o único meio eficaz, inteligente e lógico de, prontamente, se fazer frente à escassez de pessoal especializado, de verbas, e também enfrentar a explosão bibliográfica que impõe às bibliotecas uma sobrecarga de trabalho. Dentro da realidade brasileira, não há condições para adotar integralmente a ISBD, pelo menos quanto à forma.

Recebi com enorme entusiasmo as normas (ISBD — International Standard Bibliographical Description) difundidas pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (IFLA) e recomendadas pelo Grupo de Trabalho encarregado da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada, criado em 1969, na Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação, em Copenhague (trad. brasileira, São Paulo, Biblioteca Central da Universidade de São Paulo, 1972).

Esperava encontrar, afinal, o instrumento definitivo, ansiosamente desejado, que viesse sedimentar, num processo realmente simples — a exemplo dos princípios instituídos na Conferência de Paris, em 1961 — a longa experiência de autorizados profissionais de vários países, aliada às circunstâncias e exigências atuais. Fiquei decepcionada: a reformulação dos antigos métodos de recuperação da informação bibliográfica, objetivando a automação, pressupunha, pelo menos, a simplificação das tradicionais normas de catalogação descritiva.

O refinamento, o rebuscamento dos antigos códigos, que foram mantidos na ISBD, levaram-me a conflitos de ordem prática: como reduzir o custo e o tempo gasto no processo catalográfico e como manter absolutamente

atualizados os registros bibliográficos com tais normas? E mais, como as bibliotecas, principalmente a maioria de nossas bibliotecas — que estão longe de utilizar a automação — seriam beneficiadas na preparação de seus catálogos, mesmo tendo à frente centros nacionais de catalogação? Seriam estes centros capazes de cumprir a tempo e a hora suas finalidades primordiais, ou seja, suprir realmente as bibliotecas de informações úteis, mesmo selecionando os elementos da descrição bibliográfica — como está previsto na ISBD — cuja *forma e ordem* têm de ser mantidas, e acompanhar o ritmo acelerado da produção bibliográfica?

Para não incorrer em erros ou injustiças, sou levada a sérias reflexões. A ISBD, elaborada especialmente para servir de instrumento hábil da comunicação internacional no campo da informação bibliográfica, destaca — dentro de uma ordem preestabelecida — todos os elementos considerados indispensáveis à identificação de cada publicação. Estes elementos, por sua vez, são separados, particularizados através de símbolos especiais de pontuação (*). Fica, no entanto, a critério do órgão catalogador o emprego de quaisquer outros sinais de pontuação, desde que os prescritos na ISBD sejam mantidos, ainda que disto resulte uma pontuação dupla.

Em princípio, concordo com as finalidades e acho válido que nas bibliografias nacionais — onde a descrição bibliográfica normalizada deve ser utilizada no seu todo — assim como nos catálogos de editores e de livreiros ela seja aplicada, embora faça restrições a determinadas normas e ao uso exorbitante de alguns sinais inoperantes, como os colchetes [] — empregados em todas as áreas da ISBD — e ao sinal de omissão...

Não desconheço a importância e a necessidade da mecanização para o registro e intercâmbio das informações bibliográficas, tanto no nível nacional como no internacional. Mas, diante de normas tão rebuscadas, pergunto: para alcançar seus objetivos há realmente necessidade da ISBD impor tantas minúcias?

As restrições que faço se prendem às normas 1.3.1, 1.3.2 e 1.3.5, quando se referem aos dados de autoria individual (pessoa ou entidade), que deveriam ser simplesmente omitidos na transcrição para evitar redundância, já que inevitavelmente aparecem indicados — de forma idêntica — na entrada principal. Assim, tomando-se um dos exemplos da norma 1.3.5:

Balzac, Honoré de

Le Père Goriot/ [par] Honoré de Balzac. —

Pergunto-me em que esta informação ficaria prejudicada se transcrita da seguinte forma:

* Além dos já tradicionalmente conhecidos como: parênteses (), colchetes [], sinal de omissão ... e outros, são também empregados: barra oblíqua / , sinal de igual =, ponto e hífen . - , etc.

Balzac, Honoré de

Le Père Goriot. — (*)

O nome do autor, neste caso, não seria substituído na transcrição pelo sinal de omissão.

Ainda sobre o sinal de omissão: não está claro, nas normas 1.2.1 e 1.3.7, se ele deve ser também usado para indicar cortes de partes complementares inexpressivas do título, ou partes deste que vão figurar na colação. As omissões seriam, em qualquer caso, indicadas por três pontos?

Por não concordar com o uso do sinal ..., sugiro que as abreviaturas — de acordo com as circunstâncias — sejam opcionalmente referenciadas em nota, de modo sucinto, ou simplesmente omitidas, sem nenhuma menção ao fato. Acredito que outras informações mais importantes são suficientes, em conjunto, para identificar os documentos.

Há, ainda, publicações em cujos títulos se encontram sinais de pontuação, como as reticências ..., que coincidem com o sinal de omissão No mínimo, na transcrição, as reticências podem ser substituídas pela vírgula, de acordo com a norma 1.1.2: “o título principal é transcrito da página de rosto exatamente quanto ao teor, mas não quanto às maiúsculas e pontuação”. Excepcionalmente, porém, a repetição do sinal de reticências se faz necessária na transcrição, a fim de tomar o título mais expressivo e fiel, já que esta pontuação pressupõe uma interrupção propositalmente sugestiva. Assim sendo, como distinguir o sinal de omissão ..., feito pelo catalogador, de pontuação idêntica (as reticências) encontrada no título da obra? Serão sempre abandonados estes sinais?

Já na norma 1.3.6: considero também redundante o uso do sinal de omissão, antecedendo a expressão “[and others]”. O próprio termo interpolado, parece-me, indica que nomes de outros autores foram omitidos. Por que, então, os três pontos?

Exemplo:

The world of the lion/ by Samuel Devend... [and others]. —

Se excluído o sinal de omissão, não ficará idêntica a informação?

Exemplo:

The world of the lion/ by Samuel Devend [and others]. —

O sinal de igual = é usado para separar o título principal de títulos equivalentes (norma 1, item A, § 3.º). Como proceder no caso de títulos alternativos, ligados por conjunções (ou, seja, isto é, etc.)?

Em normas anteriores, estes títulos eram transcritos intercalando-se a conjunção entre os sinais: ponto e vírgula (;) e vírgula (,). Na ISBD as con-

* A barra oblíqua, “que é sempre e exclusivamente usada para separar os dados de autoria dos que se referem ao título ou à edição”, no exemplo da ISBD foi omitida.

junções devem ser substituídas pelo sinal de igual? E, nesta hipótese, a omissão deve ser indicada por três pontos (...)? Ou intercala-se o sinal de igual antes — ou depois — da conjunção?

Outra dúvida: os erros gráficos ou de outra natureza, que muitas vezes aparecem nos títulos, como serão tratados na ISBD? Seguidos da expressão “sic”, entre colchetes?

Faço, ainda, restrições ao uso exorbitante do sinal de interpolação [], o qual pode ser tranqüilamente abolido em determinadas normas, como na 3.1.7 e 3.2.4 entre outras mais. A meu ver, as abreviaturas s. l. (*sine loco*) e s.n. (*sine nomine*) — admitidas quando, respectivamente, o local e o editor comercial não podem ser facilmente identificados — indicam por si só uma interpolação, além de poderem ser identificadas com muita facilidade, não só pela própria posição que ocupam na ISBD, como pelos sinais ou símbolos que as antecedem e seguem.

Considero excessivamente minuciosas — admissíveis como exceção, apenas, na catalogação de obras raras, incunábulo, obras clássicas, livros de arte com reproduções valiosas e obras básicas de referência — as normas referentes à colação (do grupo 4.1), notadamente as que determinam o número de páginas de obras em um ou em vários volumes (normas 4.1.1/4.1.7), como também às referentes ao formato (normas do grupo 4.3).

As publicações com paginação complicada ou não numeradas, com substancial número de páginas — o que dificulta a contagem, ou uma justa avaliação — poderiam ser simplesmente registradas como lv. (um volume) sem os colchetes.

Quanto ao formato, poderia ser discriminado, excepcionalmente, nos casos de obras com proporções ou formatos fora do comum ou no caso de obras raras, incunábulo, livros de arte com reproduções valiosas e outras de igual valor.

Os números ordinais, seja na norma 2.1.2 ou na 6.2, referentes à edição e às notas, respectivamente, seriam sempre abreviados com um ponto posto a seguir ao número correspondente à edição, série, etc.

Exemplo:

1. ed. (primeira edição)
2. ed. (second edition)
3. Aufl. (dritte Auflage)
4. kiad. (como no exemplo encontrado nas publicações húngaras: item 2, da p. 32, da ISBD)
5. éd. (cinquième édition)

ou

1. série (primeira série)
- etc.

Na minha opinião, o ponto após o número, indicando o ordinal, não invalida as expressões primeira, *second*, *dritte* ou em qualquer idioma. Resta indagar se esta abreviatura pode ser interpretada de outro modo dentro do programa proposto na ISBD.

Quanto à norma 3.1.6, referente à imprensa: se há *divida* quanto ao local de publicação, por que não usar após o nome do local provável, por analogia à norma 3.3.5, um ponto de interrogação ?, se este é o sinal que melhor expressa dúvida?

Exemplo:

London?:

em vez de:

[London]:

Neste caso o sinal de interpolação [] é dispensável, pois fica evidente que houve acréscimo, já que o local vem seguido do sinal de interrogação.

O mesmo tratamento é sugerido para a norma já citada 3.3.5, que manda usar após datas prováveis o sinal de interrogação, mantendo-as, desnecessariamente, entre colchetes, assim como a palavra *circa* antes de datas incertas.

Exemplo:

circa 1835. —
1969?. -
196?. -

em vez de:

[circa 1835]. —
[1969?]. -
[196?]. -

Em todos estes casos, tanto as datas seguidas do ponto de interrogação, como as antecedidas da expressão *circa*, pressupõem intercalações. Não há necessidade, portanto, dos colchetes.

No enunciado da norma 4.1.4: “quanto se trata de publicação em um só volume, o número de páginas ou folhas é registrado. (Se as folhas são impressas em ambos os lados, a publicação é descrita em termos de folhas)”. Houve engano: a publicação é descrita em termos de páginas e não de folhas.

A seguir, na mesma norma: “uma publicação contendo 15 folhas numeradas, seguidas de 327 páginas numeradas, é descrita da seguinte maneira:

15 folhas, 327 p”.

Indago, por que não?

15 f., 327 p.

Quanto à descrição do material adicional (norma 4.4.3), o termo genérico fonodisco poderia ser substituído por disco; a palavra polegada — expressa por in. (*inches*) — por pol. (em português) e r. p. m. (rotações por minuto) por rpm.

Deixo uma pergunta quanto ao uso da abreviatura in. (em inglês) para polegada: qual o motivo de manter-se esta abreviatura: seria pelo fato de a mesma ser internacionalmente conhecida?

E mais, qual a razão de a abreviatura correspondente a lado ou face do disco estar indicada, na norma citada, por s. (*side*)? Também as palavras colorido e ilustração (norma do grupo 4.2) poderiam ser abreviadas por color, e ilust., em português. Estas informações, pela posição que ocupam na ISBD — abreviadas em qualquer idioma — jamais seriam confundidas.

As abreviaturas usadas para volume (vol.) e número (n.º) nas normas 5.4 e 5.5, referentes à série, poderiam ser reduzidas para v. e n.

Quanto às expressões usadas na ISBD: ante-rosto e página de rosto, acho mais interessante conservar os termos tradicionalmente conhecidos entre nós: falsa folha de rosto e folha de rosto. A expressão folha de rosto é mais abrangente, inclui o verso da página de rosto, onde são encontradas inúmeras informações adicionais — principalmente nas obras atuais — que, quando tiradas desta parte da obra para completar o título principal ou os dados de autoria, não seriam mencionadas entre colchetes na transcrição.

Em resumo, as restrições que faço à ISBD são, sobretudo, ao uso imoderado de alguns sinais inoperantes e à repetição do dado de autoria individual — principalmente por serem supérfluos — admitindo que a simplificação da descrição bibliotecária, essencialmente nos registros catalográficos (medida esta já implantada com êxito em muitas de nossas bibliotecas e exigidas em concursos públicos para bibliotecários) seja o único meio eficaz, inteligente e lógico de, prontamente, fazer-se frente à escassez de pessoal especializado disponível, como também de verbas e à explosão bibliográfica que, como já se sabe, impõe às bibliotecas a árdua tarefa de registrar e controlar elevado número de documentos diariamente. Como se vê, não temos condições — dentro de nossa realidade — de adotar integralmente a ISBD, pelo menos quanto à forma.

Utópico é pensar em receber com as novas aquisições, ou imediatamente após, as respectivas informações bibliográficas ou outros registros semelhantes. Haverá sempre, quando não uma espera interminável e compro-

metedora, inúmeras publicações a serem processadas, porque neste campo, entre nós, tudo está incipiente ainda, inclusive a utilíssima catalogação na fonte.

Por outro lado, acho ilusão pensar que a descrição bibliográfica normalizada até seus mínimos detalhes possa ser amplamente aplicada e admito também que a normalização de programas de recuperação da informação seja difícil, como difícil deve ser a adaptação dessa programação a todos os tipos de máquinas e sistemas mecanizados já em uso. Há bibliotecas que, utilizando estes processos, fazem seus registros (perfuração de cartões) retirando as informações diretamente das fontes (como folha de rosto, colofão e outras partes das obras), sem o auxílio de formulários ou outras quaisquer formas de registros intermediários (1).

Partindo destas considerações iniciais e levando em conta os três objetivos básicos da ISBD — 1) permitir uma rápida circulação das informações bibliográficas em nível nacional e internacional; 2) facilitar a interpretação dos elementos bibliográficos por meio de símbolos de pontuação empregados, independentemente do idioma em que estejam redigidos; 3) facilitar a conversão das informações bibliográficas para os sistemas mecanizados ou análogos — é que faço, na melhor das intenções, estas observações.

As sugestões aqui apresentadas possivelmente não serão aproveitadas — visto o texto da ISBD já ter sido aprovado e as modificações dos princípios instituídos não serem mais aceitas — como também poderão sofrer comentários contrários, justificando as normas como estão sugeridas na ISBD. Admito que isto ocorra e gostaria mesmo que elas fossem discutidas, principalmente por aqueles que, conhecendo os termos dos debates ou discussões havidos entre os especialistas do Grupo de Trabalho encarregado da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada, pudessem me convencer a aceitar a ISBD sem nenhuma restrição.

Esquema da ISBD

Título principal - título equivalente: outro(s) título(s)/autoria. — Edição/ autoria relacionada com a edição. — Local de publicação: editor comercial, data de publicação. (Local de impressão: nome do impressor). — Número de volumes e/ou número de páginas e/ou número de folhas: ilustrações; formato & material adicional. — (Série: subsérie; numeração)

Notas

ISBN Encadernação: Preço

Abstract

ISBD and its application in libraries

The immoderate use of useless signs and repetition of the author name are superfluous and do not correspond to what was expected from the International Standard Biblio-

graphical Description. It seems that the simplification of the bibliographical description mainly in cataloging records is the only efficient, intelligent and logical means to face the scarcity of personnel and funds and the heavy workload caused by the information explosion. Under Brazil's present reality there are not conditions to adopt ISBD as a whole, at least as to its form.

REFERÊNCIAS

Na ocasião em que foi elaborado este trabalho, apenas os itens 1, 2 e 4 da bibliografia citada, a *Bibliographie de la France* e *The British National Bibliography* foram consultados. Os demais itens da bibliografia só foram divulgados e me chegaram às mãos posteriormente. São aqui incluídos como uma contribuição para os que desejarem conhecer outras opiniões sobre o assunto.

1. CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. Mecanização em processos técnicos de biblioteca. *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*, Brasília, 18 (3) :489-500, set./dez. 1969.
2. ÉTAT présent de la normalisation du catalogage dans la perspective de l'automatisation. *Bulletin des Bibliothèques de France*, 15 (3) :127-135, mars 1970.
3. MUMFORD, L. Quincy. Descriptive cat. altered? *American Libraries* 3 (11) : 1170-1176, Dec. 1972.
4. REUNIÃO INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM CATALOGAÇÃO, Copenhague, 1969. Report of the International Meeting of Cataloguing Experts, Copenhagen, 1969. *Libri* 20 (1/2) : 106-132, 1970.
5. SPAULDING, C. Sumner. ISBD: its origin, rationale, and implications. *Libraru Journal* 98 (2) : 121-123, Jan. 1973.
6. SWANSON, Gerald. ISBD: standard or secret? *Library Journal* 98 (2) :124-130 Jan. 1973.
7. More on ISBD. *American Libraries* 4 (1) :5, Jan. 1973.

Posfácio

Em carta à Prof.^a Maria Luiza Monteiro da Cunha, Diretora da Biblioteca Central da Universidade de São Paulo, órgão que traduziu e distribuiu no Brasil a *Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada*, o Prof. Edson Nery da Fonseca, da Universidade de Brasília, assim se manifestou a respeito desse documento:

[...] “Inicialmente, desejo agradecer a consideração que me foi dispensada e esclarecer que formulo as considerações abaixo em caráter estritamente pessoal, como velho bibliotecário e professor de Bibliografia e não Como Diretor desta Faculdade [de Estudos Sociais Aplicados], o que não teria cabimento.

- 1) *Quanto ao mérito*, o documento merece a mais enfática repulsa, pelo que representa de hostilidade implícita tanto aos trabalhos de normalização

bibliográfica promovidos pela ISO como ao ideal de simplificação imposto pela explosão bibliográfica.

Embora os responsáveis por esse documento se permitam considerá-lo como “produto mais recente da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação realizada em Paris em 1961” (cf. prefácio), a verdade é que ele representa uma traição ao critério de simplificação consagrado no referido conclave.

Neste ponto, aliás, o documento só faz repetir as *Anglo-American Cataloging Rules*, em cujo prefácio se reconhece que “is regrettable that, because of the great size of many American card catalogues, it was necessary for the Catalog Code Revision Committee to agree to the suggestions of the Association of Research Libraries that certain *incompatible American practices* be continued” (cf. p. vi do chamado texto norte-americano. Chicago, ALA, 1967, grifo nosso).

É verdadeiramente desprimoroso que países nos quais ainda não existem grandes catálogos sejam Obrigados a seguir normas extremamente detalhadas adotadas pelas bibliotecas norte-americanas, abrindo mão de princípios simplificados adotados em conferência internacional.

As Recomendações ISO respeitantes à referenciação bibliográfica foram aprovadas após muitos anos de estudos e de consulta aos órgãos nacionais e especializados interessados no assunto, tendo sido transformadas em normas ou projetos de normas de vários países, inclusive o Brasil (cf. *Normalização da Documentação no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1964).

É verdade que a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (FIAB) nunca se conformou com essa iniciativa da Organização Internacional de Normalização, mas o que não se esperava é que tal inconformismo se manifestasse nessa mesquinha demonstração de falta de colaboração em âmbito internacional e de lamentável duplicação de tarefas.

2) *Quanto à tradução*, embora sem conhecer o original, permito-me sugerir as seguintes correções:

Substituir em 2 (Definições) e, conseqüentemente, no resto do documento, a palavra “área” pela palavra “parte” (ou “capítulo” ou “seção”). Salvo melhor juízo, na aceção de trecho de um texto a palavra “área” é um anglicismo desnecessário.

Ainda na parte 2 e no item relativo a Editor, substituir a palavra “editoração” pela palavra “edição”. Não há porque falar em editoração quando se trata de imprensa. Editoração é trabalho de elaboração ou organização de um texto, enquanto edição é trabalho de publicação ou divulgação desse texto.

No item 1.1 (Título principal), alínea 1.1.2, há um trecho que não ficou suficientemente claro: “Excepcionalmente, o título principal poderá ser abreviado no meio *ou no fim*” (grifo nosso). Não consigo perceber como é possível abreviar alguma coisa *no fim*.

Aproveito a oportunidade para renovar à eminente colega os protestos de inalterada estima e admiração, a) *Edson Nery da Fonseca*.”